

DESCOBRINDO A PERGUNTA: A DIALÉTICA DA PESQUISA *

Mônica Sette Lopes **

Resumo: Como definir uma pergunta que contenha o problema da pesquisa? A dúvida, aparentemente simples, trata do aspecto fundamental para a vivência efetiva da metodologia da pesquisa científica. As dificuldades enfrentadas pelos alunos de graduação devem ser um estímulo para o trabalho de recorte do tema a ser desvendado na pesquisa, especialmente diante do infinito da demanda por conhecimento.

Palavras-chave: Metodologia da pesquisa; Problema da pesquisa; Projeto de pesquisa.

DISCOVERING THE QUESTION: THE DIALECTICS OF RESEARCH

Abstract: How to define the question that contains the research problem? The seemingly simple doubt deals with the fundamental aspect for the effective experience of the methodology of scientific research. The difficulties faced by undergraduate students should be a stimulus for the investigation of a theme to be unveiled in the research, especially in view of the infinite demand for knowledge.

Keywords: Research methodology; Research problem; Research project.

DESCUBRIENDO LA PREGUNTA: LA DIALÉCTICA DE LA INVESTIGACIÓN

Resumen: ¿Cómo definir una pregunta que contiene el problema de investigación? La duda aparentemente simple trata del aspecto fundamental para la experiencia efectiva de la metodología de la investigación científica. Las dificultades que enfrentan los estudiantes de pregrado deben ser un estímulo para el trabajo de corte del tema a ser develado en la investigación, especialmente en vista de la infinita demanda de conocimiento.

Palabras clave: Metodología de la investigación; Problema de investigación; Proyecto de investigación.

* Este ensaio é fruto da mesa intitulada *Os desafios na produção do conhecimento científico* do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado, organizado pelo Corpo Editorial deste periódico na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

** Professora Titular da Faculdade de Direito da UFMG, Brasil. Desembargadora (aposentada) do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Vice-Diretora da Faculdade de Direito da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6808-195X>. Contato: monicasette@uol.com.br

1 Introdução

Este texto constitui a versão escrita do que inicialmente foi preparado como fala aos alunos e às alunas do curso de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG sobre a definição do problema de pesquisa. O evento foi organizado pela REVICE – Revista de Ciências do Estado. Dizê-lo, assim, poderia tirar do texto aquilo que o qualificaria para uma revista: o *acadêmico*, o *valor científico*. Mas esse não é objetivo do que se propôs na fala, remota, pelas plataformas, na noite de 26 de junho de 2021. Tanto lá, quanto aqui, pretendia-se apenas derramar a esperança na pesquisa em profundidade, a partir de um problema bem deduzido, que vá além do movimento artificial do *livro de livro*, do *corta e cola*. Por isso, o desejo de quem o escreve é de que esse seja um texto acessível aos alunos e às alunas.

Qualquer leitura de textos ou livros de metodologia da pesquisa em geral e, especificamente, em ciências humanas, sociais e/ou sociais aplicada levará a um tópico sobre a formulação do problema cujo conteúdo não tem grande disparidade.

Os entraves impõem-se na conversão disso para a realização mesma da pesquisa: alunos e alunas de bacharelado e até dos programas de pós-graduação querem fazer algo grandioso e não se convencem da inviabilidade de uma investigação efetiva sem que haja um bom recorte do problema a ser pesquisado. Eles não acreditam que um problema bem definido permitirá uma pesquisa mais densa. Têm a impressão, difícil de extirpar, de que isso implicaria inutilidade.

A afirmação não é imaginária ou imaginada. Não é uma conjectura. Trata-se da vivência de quem leciona metodologia da pesquisa em direito desde 2018 para o bacharelado e desde 2016, inicialmente com a Professora Miracy Gustin, para os Seminários Metodológicos da Linha 2, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG.

A dificuldade de convencimento, em relação a algo de que não discrepa a literatura sobre a pesquisa, tem raízes numa tradição da pesquisa jurídica. E diz-se isso, ligeiramente, risco assumido, porque, abrigado na Faculdade de Direito, o curso de Ciências do Estado tem um papel relevante na compreensão e na revisão desse quadro, até porque traz no nome a vocação para a pesquisa na interdisciplinaridade. A presunção é de que há necessária interface de saberes para conhecer o Estado em seus percursos e processos reais de vivência e de realização. E para isso fazer perguntas é essencial. A formulação do problema, por meio de indagação formalmente composta na interrogativa, pode ser um modo de facilitar a internalização da dinâmica da pesquisa.

2 O recorte

O ponto de partida é o infinito, já que não há limites para o conhecimento que se pode buscar a partir de vários caminhos metodológicos.

Se fosse ilustrar com música, retomaria a lembrança de uma canção que fala de um *samba sobre o infinito*. (Quem sabe de tudo não fale / Quem não sabe nada se cale / Se for preciso eu repito / Porque hoje eu vou fazer. / Ao meu jeito eu vou fazer / Um samba sobre o infinito¹). No trecho da letra estão a curiosidade do nunca saber, a possibilidade de saber sempre, a necessidade de repetir, como pedagogia ou processo de conhecimento, o papel do intérprete que tem sempre o seu jeito de saber, de aprender, de refletir. E o infinito: o sempre por fazer, o sempre por descobrir, descortinar, conhecer.

Tudo com os desvios que se anunciam no itinerário do descobrimento dos fatos, sobretudo daqueles que se ocultam nos cantos da vida real da atuação do Estado e de seus vários órgãos, com seus (a)fazeres.

A premissa, porém, é definitiva: como propor a tal pergunta, que consolida o problema para uma pesquisa viável? Como fazer o recorte da curiosidade de modo que ela consiga atingir um resultado que construa a cena complexa dos saberes sempre em movimento?

Se vária pode ser a escolha, talvez se possa partir do básico, reproduzindo as primeiras linhas do capítulo *A escolha do tema*, do *Como fazer uma tese*, de Umberto Eco:

A primeira tentação do estudante é fazer uma tese que fale de muitas coisas. Se se interessa por literatura, seu primeiro impulso é escrever algo como *A Literatura hoje*. Tendo de restringir o tema escolherá *A Literatura Italiana do Pós-Guerra aos Anos Sessenta*.

Teses desse tipo são perigosíssimas. Estudiosos bem mais velhos se sentem abalados diante de tais temas. Para quem tem vinte anos, o desafio é impossível. Ou elaborará uma enfadonha resenha de nomes e opiniões correntes ou dará à sua obra um corte original e se verá acusado de imperdoáveis omissões.²

Outras questões são apresentadas e discutidas ao longo do texto de Eco, mas a referência à tentação de falar *de muitas coisas* é relevante, principalmente porque, na experiência cotidiana, ela se mescla com o interesse em tratar dos tópicos mais momentosos, daqueles que ganham destaque nas discussões contemporâneas. Como se houvesse apenas eles a desvendar a partir de um aparente caráter novidadeiro, que costuma ser confundido

¹ *Para ver as meninas*, de Paulinho da Viola, que pode ser visto na interpretação de Marisa Monte. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qRZ_GStnku4. Acesso em: 13 out. 2021.

² ECO, Umberto. *Como fazer uma tese*. Trad. Gil César Cardoso de Souza. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 7.

com originalidade da pesquisa, a qual está mais ligada aos procedimentos metodológicos que servirão para a testagem de uma resposta antecipada (hipótese) que se dirija a uma indagação precisa e complexa. O *falar de tudo* também se conecta com um desejo de solucionar, de resolver. Não há dúvida de que os resultados da pesquisa devam/possam levar ao tratamento de questões com efeitos concretos. Mas isso não significa que se possa sempre chegar à *solução*. Talvez caiba a lembrança de uma acepção pouco usada do verbo pensar – a última delas: “cuidar ou tratar convenientemente de”³ – deva ser retomada. *Pensar um problema*, portanto, pode estar ligado não apenas ao exercício de um raciocínio lógico ou da consciência, mas também ao cuidado com um conjunto de dados com os quais se trabalha na dinâmica da pesquisa.

Isso implica um aguçamento da curiosidade e da necessidade de esquadrihar os acontecimentos no recôndito onde eles se escondem. A busca de especificidades e de invisibilidades é um caminho na descoberta do problema e no processo de adensamento que permeia a dialética do recorte temático.

Essa é a mensagem, primária, de Gustin, Dias e Nicácio:

[...] só existem pesquisas científicas quando estas são procedidas de uma situação-problema de real importância que não possa ser resolvida a partir de simples consultas bibliográficas, nem prescindir de toda sistematicidade que envolve uma investigação.⁴

A simplicidade da colocação é mera aparência. Uma *situação-problema de real importância* tem que ser dimensionada na concretude. A armação da pesquisa é, necessariamente, no que diz respeito ao Estado (e ao direito), uma composição a partir de experiências de aplicação e de ação que se dão na contingência. Explorar desdobramentos delas, com vistas ao conhecimento, é sempre uma busca do que não pode ser respondido com simples consulta a livros, nem sem um plano para a investigação, o levantamento e a exposição de dados vivenciais.

Décio Vieira Salamon, no seu *Como fazer uma monografia*, cuja primeira edição data de 1971, trata da *escolha do assunto*, o que poderia ser entendido como a *escolha do tema* do qual se deduzirá o problema:

Se vamos fazer uma pergunta logicamente bem-feita (e formular um problema é isso), é preciso compreender que estamos diante do “problema” e que algo é

³ INSTITUTO HOUAISS. Dicionário eletrônico da Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0.10, São Paulo: Objetiva, mar. 2006, verbete *pensar*

⁴ GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca, NICÁCIO, Camila Silva. *(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática*. 5. ed. rev. amp. atual. São Paulo: Almedina, 2020, p. 102.

problema de conhecimento para nós, justamente porque é *novo* (estranho, confuso, misterioso) e confrontado com nosso conhecimento até aquele momento.⁵

Os adjetivos *estranho, confuso e misterioso* situam a busca do problema ressaltando a dimensão do não sabido, do não compreendido e propugnando a fuga do que são os lugares comuns. Para isso, é preciso levantar o véu que cobre os fatos ordinários que nos assombram pelo muito de rupturas, desajustes, dificuldades eles encobrem. E isso não deve escapar ao conhecimento.

Marcelo Galuppo reforça a ideia:

Talvez a indagação mais determinante seja a de letra *e*, porque ela se joga como referência para várias das outras questões que são postas. Na análise da adequação do problema para o pesquisador está desde a extensão dos procedimentos metodológicos que se deve utilizar até aspectos de viabilidade ligados a prazos, custos, necessidades na execução do levantamento dos dados. O ponto de partida da pesquisa científica propriamente dita não é o tema, mas o problema. Ao contrário do que o pensador iniciante possa pensar, um tema, por mais recortado e específico que seja, é ainda muito amplo para ser pesquisado cientificamente, não sendo propriamente objeto de pesquisa acadêmica [...] Um problema se caracteriza por apresentar um recorte direcionador da pesquisa, ou seja, por indicar que aspectos e que variáveis de um determinado tema serão pesquisados, revelando o enfoque que ele dará à pesquisa.⁶

Numa exemplificação ligeira e certamente superficial, pode-se propor o tema das licitações, relevante na prática da atividade estatal. E isso não levará a uma pesquisa possível. Pode-se reduzir o tema à inexigibilidade de licitação, mas ainda se está diante de um escopo muito aberto. Pode-se concentrar na situação tipificada no inciso I do art. 74 da Lei n. 14.133/2021, que são as de exclusividade. Mas ainda assim estar-se-á diante de um tema. Se não houver adensamento, a pesquisa pode ser rasa, porque vai problematizar menos as experiências, especialmente se ela se destinar ao TCC, a um artigo e mesmo a uma dissertação de mestrado ou até a uma tese de doutorado.

O problema de pesquisa poderá se definir quando se chegue ao tópico da aplicação da hipótese de exclusividade, a uma situação para a qual não se consiga estabelecer uma resposta pela mera reprodução dos termos do dispositivo (“aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos”). Sim, porque a investigação deve ir além da tautologia de apontar a exclusividade como o que diz respeito ao exclusivo.

⁵ SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 281.

⁶ GALUPPO, Marcelo Campos. *Da ideia à defesa: monografias e teses jurídicas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003, p. 107.

No livro de Franz Rudio, recupera-se um rol de indicações simples para a avaliação do problema proposto para a pesquisa a partir de *Best* em *Como investigar em Educación*. Um check list pode ser reducionista, mas funcionando como ponto de partida nele estão aspectos essenciais:

- a) este problema pode realmente ser resolvido pelo processo de pesquisa científica?
- b) o problema é suficientemente relevante a ponto de justificar que a pesquisa seja feita?
- c) trata-se realmente de um problema original?
- d) a pesquisa é factível?
- e) ainda que seja bom, o problema é adequado para mim?
- f) pode-se chegar a uma conclusão válida?
- g) tenho a necessária competência para planejar e executar um estudo deste tipo?
- h) os dados que a pesquisa exige podem realmente ser obtidos?
- i) há recursos disponíveis para a realização da pesquisa?
- j) terei tempo de terminar o projeto?
- l) serei persistente?⁷

Não há se trata de uma receita. São critérios que devem ser cotejados com as circunstâncias da experiência peculiar de um grupo de pesquisa ou, principalmente, de alguém que a desenvolva sozinho e sem recursos.

Os estudantes, às vezes, imaginam-se pesquisando sozinhos para um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) ou para um artigo, temas que são verdadeiras epopeias e não cabem no relatório de pesquisa que deverão entregar. Esse relatório final pode ter vários nomes: relatório propriamente, artigo, TCC, dissertação, tese de doutorado, tudo a depender da natureza, do escopo e da destinação da pesquisa.

Cabe ainda insistir em que o dimensionamento do problema de pesquisa só se faz conectando-se todas as etapas que se anunciam desde o projeto. A pergunta que anuncia o problema não é isolada. Ao contrário há um vínculo absoluta com tudo o que se vai fazer na pesquisa.

As conexões entre o problema e os demais movimentos da pesquisa expõem-se nos vários tópicos do projeto e se realizam em ações muito concretas que devem ser recuperadas no relatório final tenha ele o nome que tiver. Assim, o problema vincula a hipótese, como uma resposta antecipada, uma aposta que só se definirá pela testagem, o que compreende os fazeres definidos nos vários tópicos dos objetivos específicos, os quais se ligam à definição do *como fazer* que estará no item metodologia. Por sua vez, como resultado projetado, o objetivo geral exporá também o processo de testagem da hipótese, na medida em que

⁷ BEST *apud* RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 95-96

estabelecerá o que será conhecido e/ou demonstrado e/ou proposto a partir do que foi pesquisado. Uma parte, aparentemente subalterna do projeto, que é o cronograma, vincula-se à indagação de pesquisa, na medida em que nele se dimensionará a escala muito real de viabilidade de execução diante de um lapso de tempo que se abre ao pesquisador.

É nisso que Marcelo Galuppo insiste com toda razão:

Todos os outros elementos compõem o núcleo da pesquisa, e na verdade todo o projeto de pesquisa e o relatório final partem do problema e a ele estão ligados de forma indissolúvel. Assim, a hipótese é uma solução provisória para o problema, e a metodologia é o conjunto de procedimentos e teorias que o pesquisador adotará para verificar se a hipótese realmente soluciona o problema.⁸

Portanto, o recorte do tema, para deduzir uma indagação que possa levar a uma pesquisa viável, realiza-se em idas e vindas que perpassam todas as etapas do processo que se abrirá, considerando não apenas o interesse em tratar de um problema complexo, como a possibilidade de fazê-lo a partir de recursos e de circunstâncias claramente escandidas.

3 A pesquisa e as Ciências do Estado

E como fazer pesquisa como decorrência de um curso de graduação que carrega no nome a palavra ciência no plural: Ciências do Estado? De onde pode vir a inspiração para deduzir de um tema amplo, um problema para uma pesquisa viável e torná-lo acessível numa indagação clara?

Na vivência do Estado, as situações são sempre intrincadas e a definição das condutas do administrador público e daqueles que com ele se relacionam costumam ser invisibilizadas no detalhamento das dificuldades.

Se pudesse dizer das questões muito práticas da gestão pública, se tivesse que escolher um tema, apenas um, que dá dor de cabeça, escolheria o lixo. Esse seria apenas um traço entre as várias escolhas possíveis, que se desdobra em múltiplas faces problemáticas, cada uma delas a exigir o aprofundamento numa especificidade que é regida por um arcabouço de normas (escritas e/ou costumeiras) que deve ser compreendido como aplicação.

Há muitas as possibilidades de estudar o lixo vinculando-o a atuação do Estado, que vão desde o lixo urbano e das questões ambientais, até aproveitamento e descarte de bens móveis inservíveis na seletividade e controle do uso.

⁸ GALUPPO. *Da ideia à defesa*: monografias e teses jurídicas, *cit.*, p. 107.

Mas escolheria, diante dessas tantas linhas plausíveis, a eliminação de documentos, o que atrai as previsões da Lei n. 8.159/1991 e seus desdobramentos no que concerne à gestão documental a partir da criação do CONARQ. Esse é um dos grandes problemas escamoteados que se enfrenta na gestão de um órgão público. Não é uma curiosidade em torno do procedimento em vigor para tratamento e eliminação de documentos, mas a convicção da necessidade de conhecer e de dar a conhecer a aplicação do processo e suas (des)funcionalidades, concernentes às atividades dos vários órgãos públicos. Como se percebe, tudo o que se indicou está ainda na esfera temática. Não há a definição de um problema, o que exigiria a movimentação dialética em torno dos acontecimentos que envolvem o tratamento de arquivos e a eliminação/organização do acervo documental que se divide entre aquilo que pode ser descartado, aquilo que é de guarda obrigatória e o que tem valor do ponto de vista da memória institucional. As conexões, que podem desaguar na especificação do problema de pesquisa, são muitas e se desvelam no acesso à informação, na organização dos espaços, na preservação do contexto de execução dos atos administrativos. Por mais clara que seja a base normativa, quanto a seu conteúdo, sua execução não se faz sem muitos entraves e implica sempre um campo decisório que deve ser perquirido.

Se o tema parecer banal, ou melhor, se não for possível convencer os jovens pesquisadores quanto à relevância dele e de tantos que se apresentam no cotidiano das instituições, o incomensurável das possibilidades persiste nos meandros da atuação do Estado e problemas podem ser engendrados a partir da mesa de trabalho de servidor públicos, a partir da relação estabelecida entre os órgãos do Estado ou entre eles e as pessoas (físicas ou jurídicas), num entramado que viceja com colorido e nuances peculiares. Seria fácil dizer do ambiente propício à pesquisa que se constrói a partir da formulação e da execução de políticas públicas. De cada uma delas, na minúcia.

Porém, se o objetivo desse texto muito simples, quase simplório, é falar aos alunos e às alunas, pode ser aconselhável chamar a atenção para o cenário que lhes é mais próximo para a detecção de problemas e a composição de uma pergunta para a pesquisa: as atividades de estágio.

O olhar limpo do jovem que estagia para aprender na prática sobre aquilo que estuda na Faculdade pode ser direcionado para a curiosidade, para indagação e para a reflexão.

Há alguns anos, numa conversa com uma aluna do curso de Ciências do Estado, percebi isso claramente. Com o frescor da juventude, com a vontade aberta para o

conhecimento, ela contava sua percepção sobre o modo como se organizava o setor (encarregado de fiscalização) em que ela estagiava. Fiquei tão sequiosa por que um uso fosse feito daquelas informações, que pedi a ela um relato que veio em 3 páginas que guardo no meu computador. Não sei se algo será feito delas. Mas lá elas continuam como depoimento, muito vivo, sobre o que devemos fazer com os saberes sobre como funciona o Estado. Não apenas na grandiloquência das grandes questões, dos princípios norteadores, mas na miudeza das repartições onde a vida se realiza cotidianamente de um certo modo, num certo ritmo.

Esses saberes de aparente insignificância podem ser base para os problemas de pesquisa e para as perguntas deduzidas para a exposição deles. Para produzir conhecimento e ação, quando se trata da vida do Estado, a ideia de que há uma aplicação a ser descortinada é fundamental.

4 Considerações finais: desviando para o aprendizado da pergunta

Não é adequado que, nas considerações finais, se levantem aspectos que não foram enfrentados anteriormente. Entretanto, tudo o que se disse até aqui aponta para a necessidade de exercitar a motivação para compreender o caráter dialético do processo de pesquisar a partir da boa dedução do problema. Sendo o texto elaborado para alunas e para alunos desejosos de aprender, não seria má ideia que essa parte final, em vez de apresentar uma conclusão, propusesse meios de exercitar a atenção para o caminho de formular uma indagação que consigne o problema de pesquisa.

A ideia de exercitar a habilidade de levantar problemas e fazer perguntas conforma-se por etapas dialéticas. Cada uma leva em si o peso e o colorido das constatações que vão se assomando. O exercício fortalece o próprio conhecimento do objeto a ser investigado.

Vejam-se alguns exemplos:

- 1) Escolha um bom texto (jornalístico, literário ou um artigo, um capítulo de livro, um livro) e imagine o que era o projeto do autor ou dos autores. Extraia da leitura dele o problema (na interrogativa), a hipótese, o objetivo geral (o resultado desejado), os objetivos específicos (o que foi pesquisa para chegar ao resultado), a metodologia (como essa pesquisa foi feita). Repare na conexão entre essas partes. Faça o mesmo exercício num texto que não ache bom e reflita sobre o resultado.

- 2) Observe como as pessoas fazem perguntas, não apenas para a pesquisa, mas nas situações normais da vida. Repare se elas ouvem a resposta e, se ouvem (ou não ouvindo), como encadeiam novas indagações.
- 3) Procure entrevistas em jornais e em revistas e mesmo na televisão ou nas redes sociais. Avalie a conduta do entrevistador e as respostas que lhe são dadas.
- 4) Veja documentários especialmente aqueles em que há entrevistas e repare a conduta do entrevistador. Uma sugestão é Edifício Master, de Eduardo Coutinho⁹. Se gostar avance na obra do importante documentarista brasileiro.

Essas indicações não são absolutas, até porque não versam literalmente a pesquisa. Elas se fazem, no entanto, pela certeza de que só se desenvolve a capacidade de indagar pela prática propriamente (a partir da iniciação científica, da participação em grupos de estudo, de pesquisa e de extensão) e pela abertura da curiosidade para saber e para conhecer diante de todos os fatos vivenciais.

É muito comum que os jovens queiram chegar diretamente ao resultado. Assim, estão sempre querendo saber como *escrever um artigo*. Esta é, na verdade, a última passada de um longo percurso de idas e vindas (repita-se a dialética inerente no processo) que só começa quando se tem uma pergunta que valha a pena fazer para representar um problema que tomará algum tempo a ser desvendado, de acordo com limites de viabilidade e de necessidade de uma metodologia definida para o processo de conhecer.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c0FLmfCcaA8>. Acesso em: 21 out. 2021.

Referências Bibliográficas

- ECO, Umberto. *Como fazer uma tese*. Trad. Gil César Cardoso de Souza. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998
- GALUPPO, Marcelo Campos. *Da ideia à defesa: monografias e teses jurídicas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca, NICÁCIO, Camila Silva. *(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática*. 5. ed. rev. amp. atual. São Paulo: Almedina, 2020.
- INSTITUTO HOUAISS. *Dicionário eletrônico da Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0.10, São Paulo: Objetiva, mar. 2006.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Como citar este artigo: LOPES, Mônica Sette. Descobrimo a pergunta: a dialética da pesquisa. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1–12, 2021.

Recebido em 21.10.2021

Publicado em 29.10.2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional